

CONTRATO Nº 010/2026, PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DO NOVO PLANO DE DESENVOLVIMENTO E ZONEAMENTO - PDZ DO PORTO DE LAGUNA, firmado entre a SCPAR Porto de Imbituba S.A. e a empresa EAGLE CONSULTORIA ECONÔMICA E DE ENGENHARIA LTDA , na forma abaixo.

CONTRATANTE

SCPAR PORTO DE IMBITUBA S.A.	
CNPJ: 17.315.067/0001-18	
ENDEREÇO: Av. Presidente Vargas, 100.	
CEP: 88.780-000	MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):	
NOME: CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA	
CPF/MF:023.339.759-03	CARGO: DIRETOR PRESIDENTE
NOME: ELIVELTON LUIZ DORÉ	
CPF/MF: 079.533.439-75	CARGO: DIRETOR DE OPERAÇÕES E NEGÓCIOS

CONTRATADA

EAGLE CONSULTORIA ECONÔMICA E DE ENGENHARIA LTDA	
CNPJ: 17.940.831/0001-46	
ENDEREÇO: R. Lauro Linhares, 2123	
CEP: 88036-003	MUNICÍPIO: Florianópolis/SC
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):	
NOME: TIAGO BUSS	
CPF/MF: 052.319.360-60	CARGO: SÓCIO PROPRIETÁRIO

As partes acima identificadas resolvem firmar o presente contrato decorrente do Dispensa de Licitação nº 006/2026, com base no artigo 29, inciso I da Lei 13.303/2016, Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos - SGP-e, PIMB Nº 715/2026, nos termos e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto e da execução

O objeto deste contrato consiste na Contratação de Serviço Técnico de Engenharia para elaboração do novo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ do Porto de Laguna, conforme Anexo I - Termo de Referência.

§1º O presente contrato será executado pelo regime de empreitada por preço global.

§2º Fazem parte do presente Contrato, vinculando e obrigando as partes, o Termo de Referência e demais obrigações constantes da Dispensa de Licitação nº 006/2026 e a proposta de preço da Contratada.

§3º Este contrato será regido pela Lei nº 13.303/2016, Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba S.A. e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Preço, Condições de Pagamento e Reajuste.

I - Do Preço

O objeto do presente contrato importa no valor total de **R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais)**

Item	Descrição	Valor Total (R\$)
1	Contratação de Serviço Técnico de Engenharia para elaboração do novo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ do Porto de Laguna (Conforme especificações do Termo de Referência)	R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais)

II - Das Condições de Pagamento

O pagamento será:

Efetuada por etapas, conforme cronograma físico financeiro constante no item 9 do Termo de Referência, mediante medições e aceites do Fiscal do Contrato, sendo considerado os serviços completamente realizados, de acordo com cada etapa. Não será efetuado nenhum pagamento sem que haja a execução de serviço.

Efetuada por meio de boleto bancário em até 15 (quinze) dias após apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao serviço efetivamente realizado, verificado e aceito pela SCPAR Porto de Imbituba S.A. A nota fiscal somente poderá ser emitida após autorização prévia e expressa da SCPAR Porto de Imbituba S.A.;

Sustado se verificada execução defeituosa do Contrato, ou enquanto persistirem restrições quanto aos serviços prestados no período a que a mesma se refere. Também será sustado o pagamento se existente débito pendente de satisfação para com a Contratante ou com terceiros, relacionados com o Contrato.

§1º A nota fiscal somente será emitida após autorização prévia e expressa da Contratante.

§2º Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 125, inciso IV, do Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba.

§3º Nenhum pagamento será feito à Contratada se pendente de pagamento/cumprimento qualquer sanção/multa que lhe tenha sido imposta;

§4º Caso no dia do pagamento não haja expediente na SCPAR Porto de Imbituba S.A, aquele será efetuado no primeiro dia útil subsequente;

§5º Caso o serviço prestado seja recusado ou a correspondente Nota Fiscal apresente incorreção, o prazo do pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento;

§6º No pagamento fica autorizada a retenção dos tributos devidos na forma da legislação vigente.

III - Do reajuste dos preços

O valor do contrato será reajustado anualmente, pela variação do IPCA (ou índice consignado no contrato), se necessário. O marco inicial para a concessão do reajuste de preços em sentido estrito é a data limite para a apresentação da proposta, conforme referenciado no Art. 147, parágrafo 3º, do Regulamento de Licitações e Contratos da Instituição, sendo sua referida data-base.

O cálculo de eventual reajuste se dará da seguinte forma:

$$R = P_t [(IPCA_i / IPCA_t) - 1]$$

Onde:

R = Valor do reajuste

P_t = Preço Base (Valor a ser reajustado)

IPCA= Índice Nacional de Preços ao Consumidor-amplo, calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

$IPCA_1$ = Índice referente ao mês de aniversário da data de apresentação da proposta.

$IPCA_t$ = Índice referente ao mês da apresentação da proposta.

OBS: Após o segundo ano do contrato, será considerado:

$IPCA_1$ = Índice referente ao mês de aniversário da data do último reajuste.

$IPCA_t$ = Índice referente ao mês do último reajuste.

Parágrafo único:

Na hipótese de extinção do IPCA, tal índice será automaticamente substituído por aquele que o suceder ou, na sua falta, por outro semelhante a ser indicado pela Autoridade Portuária.

A revisão dos preços poderá ser concedida, pelo Contratante, a partir da análise da solicitação que demonstre a alteração dos custos, a ser encaminhada pela Contratada à (ao) Contratante, nos termos do art. 81 da Lei Federal nº 13.303/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - Dos prazos, da execução e da vigência

Prazo de Vigência do Contrato: O contrato terá duração de 12 (doze) meses e passará a vigor após a data da última assinatura do instrumento contratual. O contrato poderá ser prorrogado nos termos do Art.71 da Lei 13.303/16 e Art.140 do Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba S.A.

Prazo de Execução dos Serviços: Os serviços registrados deverão ser executados conforme item 9 do Termo de Referência, contados após o envio da “Ordem de Serviço” pela Contratante, devidamente expressa e documentada. Ressalta-se que o prazo deverá ser atendido sem atrasos, sujeito a multa contratual.

CLÁUSULA QUARTA - Da Dotação Orçamentária

As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão à conta de recursos próprios da Contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 13.303/2016, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações do Contratado:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato;
- b) manter todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na Dispensa de Licitação nº 006/2026;
- c) assumir a responsabilidade pelos encargos sociais e outros, pertinentes à execução dos serviços, bem como taxas, impostos, fretes e demais despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o(s) mesmo(s);
- d) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto do Contrato;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à empresa pública ou sociedade de economia mista, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- f) submeter-se à fiscalização por parte do Contratante;
- g) obter e manter, durante todo o prazo de vigência do contrato, todas as autorizações, alvarás e licenças, seja de que natureza forem, porventura exigidas para a o cumprimento do objeto;
- h) cumprir com exatidão todos os termos e condições fixados pelo Termo de Referência – Anexo I;

- i) designar 01 (um) preposto como responsável pelo Contrato firmado com a Contratante, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor do Contratado, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento.
- j) comunicar obrigatória e previamente à Contratante, por carta e/ou e-mail, o recebimento de qualquer determinação, inclusive as provenientes de decisões ou sentenças judiciais, que implique débito ou bloqueio na conta corrente e/ou conta salário, na qual o beneficiário recebe o crédito do Contratante.
- k) não possuir impedimentos à contratação, nos termos do artigo 38 da Lei no 13.303, de 2016 e da Lei Estadual no 16.493/14, não estar suspensa de participar de licitações e não possuir restrição que a impeça de contratar com a Administração Pública.
- l) tomar conhecimento do Código de Conduta e Integridade da SCPAR Porto de Imbituba, disponível no Portal da Transparência.
- m) não subcontratar total ou parcialmente o objeto.
- n) cadastrar-se no Sistema de Acesso ao Porto de Imbituba (SAPI) assim que cientificar-se da assinatura do contrato. No caso de serviços que gerem subcontratação, a Contratada deverá garantir que todas as subcontratadas também façam o cadastro no SAPI, anexando no sistema o contrato de prestação de serviço com a Contratada.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obrigar-se-á a:

- a) emitir Contrato do objeto;
- b) comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços;
- c) pagar à Contratada o preço ajustado, de acordo com a forma de pagamento estipulada na Dispensa de Licitação nº 006/2026;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados pela Contratada fora das especificações;
- e) fiscalizar e acompanhar a execução do Contrato, segundo seu interesse, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, relatando irregularidades, quando for o caso;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Fiscalização

A Contratante exercerá, através de trabalhador indicado pela diretoria da SCPAR Porto de Imbituba S.A., a fiscalização dos serviços, observando o fiel cumprimento do disposto neste Contrato.

Parágrafo único: A fiscalização de que trata esta Cláusula, não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante.

CLÁUSULA OITAVA - Matriz De Riscos

A SCPAR Porto de Imbituba e a Contratada, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos conforme abaixo:

Parágrafo Primeiro - É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da Contratada.

CATEGORIA DO RISCO	DESCRIÇÃO	CONSEQUÊNCIA	MEDIDAS MITIGADORAS	ALOCÇÃO DO RISCO
Risco atinente ao Tempo da Execução	Atraso na execução do objeto contratual por culpa da Contratada.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Diligência da Contratada na execução contratual.	Contratada
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratada
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua álea ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pela SCPAR Porto de Imbituba, que comprovadamente repercute no preço da Contratada.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Revisão de preço.	SCPAR Porto de Imbituba
Risco da Atividade Empresarial	Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro da Contratada na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento ou diminuição do lucro do Contratado.	Planejamento tributário.	Contratada
	Variação da taxa de câmbio.	Aumento ou diminuição do custo do produto e/ou do serviço.	Instrumentos financeiros de proteção cambial (hedge).	Contratada
	Elevação dos custos operacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial em geral e para a execução do objeto em particular, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de serviço e mão de obra, decorrentes do índice inflacionário avaliado no respectivo período.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Reajuste anual de preço.	SCPAR Porto de Imbituba
Riscos Trabalhista e Previdenciário	Responsabilização da SCPAR Porto de Imbituba por verbas trabalhistas e previdenciárias dos profissionais da Contratada alocados na execução do objeto contratual.	Geração de custos trabalhistas e/ou previdenciários para a SCPAR Porto de Imbituba, além de eventuais honorários advocatícios, multas e verbas sucumbenciais.	Ressarcimento, pela Contratada, ou retenção de pagamento e compensação com valores a este devidos, da quantia despendida pela SCPAR Porto de Imbituba.	Contratada
Risco Tributário e Fiscal (Não Tributário).	Responsabilização da SCPAR Porto de Imbituba por recolhimento indevido em valor menor ou maior que o necessário, ou ainda de ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa da SCPAR Porto de Imbituba.	Débito ou crédito tributário ou fiscal (não tributário).	Ressarcimento, pela Contratada, ou retenção de pagamento e compensação com valores a este devidos, da quantia despendida pela SCPAR Porto de Imbituba.	Contratada

<p>Risco atinente ao tratamento de dados pessoais</p>	<p>Responsabilização da SCPAR Porto de Imbituba por dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, causado pela Contratada a titular de dados pessoais, em violação à Lei 13.709/2018 - LGPD.</p>	<p>Geração de custos de indenização para a SCPAR Porto Imbituba, além de eventuais honorários advocatícios, multas e verbas sucumbenciais.</p>	<p>Ressarcimento, pela Contratada, ou retenção de pagamento e compensação com valores a esta devidos, da quantia despendida pela SCPAR Porto de Imbituba.</p>	<p>Contratada</p>
--	---	--	---	-------------------

CLÁUSULA NONA - Da Rescisão

Constituem motivo para rescisão do contrato, conforme Lei nº 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba:

I - o descumprimento de obrigações contratuais;

II - a alteração da pessoa do Contratado, mediante:

a) a subcontratação parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da SCPAR Porto de Imbituba.

b) a fusão, cisão, incorporação, ou associação do Contratado com outrem sem prévia autorização da SCPAR Porto de Imbituba.

III - o desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do contrato;

IV - o cometimento reiterado de faltas na execução contratual;

V - a dissolução da sociedade ou o falecimento do Contratado;

VI - a decretação de falência ou a insolvência civil do Contratado;

VII - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada, desde que prejudique a execução do contrato;

VIII - o atraso nos pagamentos devidos pela SCPAR Porto de Imbituba decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao Contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

IX - a não liberação, por parte da SCPAR Porto de Imbituba, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

X - a ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XI - o descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

XII - o perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;

XIII - a não aceitação da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, uma vez comprovada em planilha de custos e pesquisas de mercado a redução dos encargos do Contratado;

XIV - ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório;

XV - ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação ou contrato dela decorrente;

XVI - ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação ou celebrar contrato administrativo;

XVII - ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a SCPAR Porto de Imbituba, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais;

XVIII - ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a SCPAR Porto de Imbituba;

XIX - ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

§1º rescisão do contrato com base nos incisos desta Cláusula poderá ocorrer por ato unilateral da Contratante, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

§2º A rescisão poderá ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a SCPAR Porto de Imbituba;

§3º A rescisão poderá ser judicial nos termos da legislação.

§4º Em caso de rescisão por inexecução total ou parcial do contrato, a Contratada reconhece os direitos desta Administração Pública, conforme previsto no art. 125, inciso X, do Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba.

CLÁUSULA DÉCIMA - Das Sanções Administrativas

As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba, quais sejam:

I - Advertência.

II - Multa:

a) 5% do valor máximo estabelecido para a licitação, em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios;

b) 5% do valor máximo estabelecido para a licitação, em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do artigo 80, §5º, do Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba;

c) 10% do valor correspondente à parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato, nos demais casos de atraso;

d) 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato, no caso de inexecução parcial;

e) 30% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato, no caso de inexecução total.

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a SCPAR Porto de Imbituba, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

§1º As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da Licitante/Contratada.

§2º Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§3º O pagamento de multa contratual não afasta o dever de indenizar o prejuízo a ela excedente suportado pela SCPAR Porto de Imbituba.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da Política Anticorrupção

As Partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I - Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II- Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso I desta cláusula e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III- Comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV - Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa CGE/SEA nº 01/2020 (Publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina de 02/04/2020 - Edição nº 21.236), além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Do sigilo e confidencialidade

Esta cláusula de sigilo e confidencialidade é firmada com o intuito de evitar a divulgação e utilização não autorizada das informações classificadas como confidenciais e trocadas entre as PARTES. Para tanto, as partes contratantes obrigam-se a manter sigilo, tanto escrito como verbal, ou, por qualquer outra forma, de todos os dados, informações técnicas e sobre todos os materiais obtidos em razão deste contrato, podendo incluir, mas não se limitando a: dados pessoais, arquivos, planilhas, documentos, programas de computador, discos, pen-drives, processos, projetos, dentre outros;

§1º Não serão consideradas confidenciais as informações que:

I) sejam ou venham a ser publicadas ou a se tornar públicas, desde que tais divulgações não tenham sido, de qualquer forma, ocasionadas pela PARTE RECEPTORA;

II) tenham sido desenvolvidas pela PARTE RECEPTORA a qualquer tempo, a partir de fontes independentes do projeto contratado;

III) tenham sido legitimamente recebidas de terceiros, desde que não derivadas de violação de dever de confidencialidade;

IV) sejam expressa ou tacitamente identificadas pela PARTE REVELADORA como não mais sendo sigilosas ou de sua propriedade.

§2º Não será considerada quebra de confidencialidade a divulgação de informações ordenadas pela legislação ou por autoridade judiciária ou administrativa competente.

§3º Após a extinção do contrato, as obrigações de confidencialidade aqui firmadas manter-se-ão ainda por um período estipulado de 20 anos, a contar da data que for concluído o contrato.

§4º Em caso de incidente que implique em quebra de sigilo e confidencialidade, a PARTE RECEPTORA deverá comunicar imediatamente à PARTE REVELADORA.

§5º As obrigações previstas nesta cláusula deverão ser estendidas pelas PARTES aos Controladores em Conjunto e aos Suboperadores, quando houver.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Da proteção de dados pessoais e da privacidade

A CONTRATADA, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2028), a Legislação de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e as determinações de órgãos reguladores e/ou fiscalizadores sobre a matéria, além das demais normas e políticas de proteção de dados, nacionais, internacionais ou estrangeiras aplicáveis, assim como regimentos internos da PARTE CONTRATANTE.

§1º As partes reconhecem os termos de suas Políticas de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, manifestando que suas operações não apresentam incompatibilidades ao atendimento dos termos nelas previstos. Alterações nestas Políticas deverão ser comunicadas, possibilitando a avaliação da permanência de compatibilidade e, caso incompatíveis, a adoção de medidas saneadoras.

§2º Os dados pessoais tratados pela CONTRATANTE deverão ser mantidos em formato interoperável e estruturado para o uso compartilhado com outros órgãos públicos, com vistas à execução de políticas públicas, à prestação de serviços públicos, à descentralização da atividade pública e à disseminação e ao acesso das informações pelo público em geral, em observância à legislação que disciplina a classificação de informações, em atendimento ao artigo 25 da LGPD.

§3º No manuseio dos dados a CONTRATADA, na condição de OPERADORA no tratamento dos dados pessoais, deverá:

I) Tratar os dados pessoais a que tiver acesso de acordo com as instruções da CONTRATANTE (Controladora dos dados pessoais) e em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à CONTRATANTE.

II) Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais tratados, e para garantir a proteção contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

III) Se for o caso de contrato em que a empresa realizará operação de dados pessoais em favor da SCPAR Porto de Imbituba, não utilizar os dados pessoais fornecidos pela CONTRATANTE para finalidade distinta e/ou incompatível com aquela pela qual os dados foram compartilhados, conforme as instruções determinadas pela Controladora.

IV) Se for o caso de contrato em que a empresa realizará operação de dados pessoais em favor da SCPAR Porto de Imbituba, utilizar, quando da comunicação e compartilhamento de dados pessoais de natureza sensível ou de dados pessoais de crianças e adolescentes, medidas extras para prevenção e proteção da informação e dos dados pessoais, evitando a ocorrência de danos ao titular em virtude do tratamento realizado.

V) Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização), garantindo que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da CONTRATANTE.

VI) Reter os dados pessoais compartilhados pela Contratante com a finalidade de cumprimento de obrigação legal ou contratual, em razão dos serviços prestados, nos prazos de retenção estabelecidos por lei. Transcorridos esses prazos, os dados pessoais deverão ser descartados.

§4º Caso a CONTRATADA seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente a CONTRATANTE para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

§5º. A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

I) Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela CONTRATADA, seus funcionários, ou terceiros autorizados;

II) Qualquer outro incidente de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da CONTRATADA.

§5º As obrigações previstas neste cláusula deverão ser estendidas pelas PARTES aos Controladores em Conjunto e aos Suboperadores, quando houver.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Das Disposições Gerais

I - A Contratante poderá solicitar a qualquer tempo, quaisquer documentos da Contratada, para comprovação de regularidade de situação cadastral ou da contratação dos empregados envolvidos na prestação do serviço e demais documentos considerados pertinentes pela Contratante.

II - Todas as comunicações referentes à execução dos serviços contratados, inclusive qualquer alteração do estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone ou outros dados pertinentes, serão consideradas como regularmente feitas, se entregues ou remetidas pela Contratada na sede da Contratante, devidamente protocolizadas.

III - Só será permitida a permanência do empregado designado pela Contratada nas dependências da Contratante, durante o período em que estiver prestando os serviços.

IV - A Contratada poderá aceitar os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessários, na forma dos § 1º do art. 81, da Lei 13.303/2016.

V - A celebração do presente Contrato não acarretará qualquer vínculo empregatício entre a Contratante e os empregados indicados pela Contratada para execução dos serviços. Caso a Contratante, a qualquer tempo, venha a ser notificada ou citada, administrativa ou judicialmente em relação a processos envolvendo obrigações trabalhistas ou previdenciárias pertinentes as relações de emprego, a Contratada obriga-se a responder pronta e exclusivamente perante tais reivindicações.

VI - A Contratada deverá manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com as condições de qualificação e habilitação exigidas pela legislação em vigor.

VII - Os casos omissos ou situações não explicitadas nas Cláusulas deste Contrato serão decididos segundo as disposições contidas na Lei n.º 13.303/2016 e suas alterações posteriores, Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba S.A e demais regulamentos e normas administrativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Imbituba - SC para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento Contratual.

Imbituba, data da assinatura digital.

Pela SCPAR PORTO DE IMBITUBA S.A.

CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

ELIVELTON LUIZ DORÉ
Diretor de operações e negócios

Pela CONTRATADA

TIAGO BUSS
Sócio proprietário

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de Serviço Técnico de Engenharia para elaboração do novo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ do Porto de Laguna.

2. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

O objeto deste Termo de Referência é a elaboração do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ do Porto Organizado de Laguna, com base no que dispõe o Capítulo III e os Anexos I e II da Portaria nº 61, de 10 de junho de 2020, que substituiu a Portaria Nº 03, de 07 de Janeiro de 2014 do Ministério de Infraestrutura.

2.1 Elaboração do PDZ

A elaboração do PDZ deverá ter como princípio a transversalidade das políticas nacionais de planejamento e desenvolvimento portuário. Os portos organizados devem desenvolver seus PDZs, que devem estar em consonância com a Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, entre outras providências.

Além das diretrizes acima, deverão servir como referência do trabalho:

- a) Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013 – PR;
- b) Resolução Normativa nº 07-ANTAQ, de 31 de maio de 2016. (retificada pela Resolução nº 4.843-ANTAQ, de 6 de junho de 2016; Alterada pela Resolução nº 56-ANTAQ, de 17 de setembro de 2021 e pela Resolução nº 64-ANTAQ, de 15 de dezembro de 2021
- c) Outras diretrizes relevantes que surjam ao longo do desenvolvimento do PDZ;
- d) Além dos itens elencados nos Anexos I e II da Portaria nº 61, de 10 de junho de 2020, o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento deverá também considerar, onde couber, obras, ações e projetos previstos nos documentos Planejamento Estratégico Integrado (PEIN), bem como o Plano Plurianual do Estado de Santa Catarina 2024-2027, instituído pela Lei nº 18.835 de 12 de janeiro de 2024 e, ainda, outros estudos, laudos, instrumentos de planejamento e ações apresentados pela Autoridade Portuária;
- e) O PDZ deverá considerar as estruturas portuárias existentes no Complexo Portuário descritas no Plano Mestre do Complexo Portuário de Imbituba e Laguna, publicado em 16 de julho de 2024;
- f) O PDZ deverá observar no planejamento de curto, médio e longo prazo os impactos que estes novos projetos poderão impor ao Porto Público, no tocante a concorrência, perfil das cargas previstas para estes terminais e que poderão se constituir em ameaças para as cargas cativas e previstas a movimentar pelo Porto de Laguna;
- g) O PDZ deverá atender ao universo de cargas previstas a movimentar no Porto de Laguna. Deverá avaliar também a necessidade de melhorias na infraestrutura marítima, observando ao longo do período

estudado quais obras e suas características deverão ser implementadas para atender aos volumes de cargas previstas.

h) A Autoridade Portuária irá fornecer à empresa contratada uma base de dados georreferenciada, a qual servirá de subsídio para a elaboração dos elementos previstos no Anexo II da Portaria nº 61, de 10 de junho de 2020, referentes às camadas de feições da base de dados do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ).

2.2 Acompanhamento e Assessoramento

A contratada será responsável pelo gerenciamento e suporte de todas as atividades relativas ao escopo de trabalho especificado neste Termo de Referência envolvendo todas as atividades e produtos necessários, tais como:

- a) Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013 – PR;
- b) Gerenciamento e suporte na preparação da apresentação do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento ao Conselho de Autoridade Portuária - CAP, com vistas a garantir o que dispõe o Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, que atribui ao CAP a competência para sugerir alterações no plano de desenvolvimento e zoneamento do porto, incluindo-se, ainda, a elaboração de atas das reuniões, das respostas à sugestões levantadas e outras atividades instrumentais eventualmente necessárias;
- c) Realizar, no mínimo, duas reuniões presenciais, nas dependências da contratante, para alinhamento do projeto junto à Diretoria Executiva e equipe técnica do Porto e, sempre que necessário, reuniões via webconferência;
- d) Realizar alterações, atualizações, respostas, que venham a ser solicitadas pelo poder concedente, resultantes da análise da proposta do PDZ, cumprindo os prazos que está determinar, sempre com a anuência da Autoridade Portuária.
- e) A Autoridade Portuária, por meio de comissão designada, prestará o apoio técnico necessário na definição das estratégias de curto, médio e longo prazo, subsidiando a contratada com as informações solicitadas, auxiliando em reuniões, bem como na incorporação das atualizações e proposições de zoneamento na base de georreferenciamento, conforme os requisitos do presente contrato.

3. LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO;

O serviço poderá ser executado presencialmente ou de forma remota, sem prejuízo do que estabelecem os itens 2, especialmente o subitem 2.2.c e demais disposições contidas neste Termo de Referência.

4. DOCUMENTOS E ESTUDOS TÉCNICOS A SEREM APRESENTADOS;

A contratada deverá apresentar, nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, ao menos os seguintes documentos e estudos técnicos:

- a) Plano de Trabalho detalhando as fases e cronograma para as entregas previstas que devem ser aprovadas em conjunto com a CONTRATANTE. Faz-se necessário o detalhamento de todas as entregas para cada uma das fases planejadas, sendo esta a base para a fiscalização das conformidades das fases e pré-requisito para o devido pagamento;

- b) Levantamentos, estudos, planilhas relativos ao desenvolvimento e zoneamento portuário;
- c) Proposta de Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ, em meio digital, atendendo, no mínimo, a todos os requisitos da Portaria Nº 61, de 10 de junho de 2020, do Ministério de Infraestrutura, identificados e numerados conforme Anexo I da referida Portaria. Deverão ser atendidos também todos os itens previstos no item 2 deste Termo de Referência. Em relação à proposta do PDZ a empresa contratada deverá elaborar o trabalho seguindo as orientações e decisões da Autoridade Portuária, devendo acatar todas as diretrizes repassadas pela administração do Porto até que seja considerado concluído o trabalho;
- d) Base de dados georreferenciada que deverá, conforme Portaria Nº 61, de 10 de junho de 2020, do Ministério de Infraestrutura: adotar o Sistema de Posicionamento Global SIRGAS 2000 (Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas) como critério de demarcação e utilizar o formato shapefile (extensão.shp). As informações constantes da base de dados georreferenciada que acompanhará a proposta do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento deverão estar em conformidade com a itemização, os nomes das camadas e os respectivos atributos descritos no Anexo II da referida Portaria e, caso solicitado, a contratada deverá fornecer os arquivos no formato Kmz.
- e) Checklist, descrito no Anexo III, Portaria Nº 61, de 10 de junho de 2020, do Ministério de Infraestrutura, devidamente preenchido.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA;

Constituem como obrigações da contratada no desenvolvimento das atividades, além das situações previstas em Lei e contratos:

- a) Cumprir fielmente com todas as obrigações do Termo de Referência;
- b) Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato;
- c) Manter todas as condições de habilitação e qualificações exigidas;
- d) Assumir a responsabilidade pelos encargos sociais e outros, pertinentes a execução dos serviços, bem como taxas, impostos, fretes e demais despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre os mesmos;
- e) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto do Contrato;
- f) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados à Contratante ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- g) Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante;
- h) A contratada é responsável por obter e manter, durante todo o prazo de vigência do contrato, todas as autorizações, alvarás e licenças, seja de que natureza forem, porventura exigidas para a o cumprimento do objeto licitado;
- i) Não subcontratar, ceder ou transferir o serviço objeto deste Termo de Referência;
- j) Acompanhar e assessorar em todo o processo de submissão do PDZ ao Poder Concedente e realizar eventuais alterações demandadas pelo órgão durante o processo de validação do PDZ, dentro dos prazos estabelecidos, até a aprovação final do documento.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE;

Constituem como obrigações da contratante no desenvolvimento das atividades, além das situações previstas em Lei e contratos:

- a) Emitir o contrato do objeto;
- b) Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a aquisição dos prestação dos serviços;
- c) Pagar à Contratada o preço ajustado, de acordo com a forma de pagamento estipulada no item 8 do Termo de referência;
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados pela Contratada fora das especificações;
- e) Fiscalizar e acompanhar a execução do Contrato, segundo seu interesse, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, relatando irregularidades, quando for o caso;
- f) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- h) Indicar as obrigações específicas da contratante.

7. DOS PRAZOS

7.1 Prazo de Vigência do Contrato:

O contrato terá duração de 12 (doze) meses e passará a vigor após a data da última assinatura do instrumento contratual. O contrato poderá ser prorrogado nos termos do Art. 71 da Lei 13.303/16 e Art. 140 do Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba S.A.

7.2 Prazo de Execução dos Serviços:

Os serviços registrados deverão ser executados conforme item 9 do Termo de Referência, contados após o envio da “Ordem de Serviço” pela Contratante, devidamente expressa e documentada. Ressalta-se que o prazo deverá ser atendido sem atrasos, sujeito a multa contratual.

8. FORMA DE RECEBIMENTO E ACEITE DO OBJETO;

O recebimento definitivo se dará mediante “atesto” na nota fiscal, ficando vinculado à aprovação do PDZ pela Secretaria Nacional de Portos, com o respectivo pagamento da última parcela do contrato, conforme cronograma físico-financeiro.

9. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

9.1 Do cronograma de desembolso:

O pagamento será realizado por etapas, conforme descrito na tabela a seguir:

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO - PDZ											
ITEM	DESCRIÇÃO	D+0-30 DIAS		D+0-65 DIAS		D+0-110 DIAS		D+0-150 DIAS		D+0- PRAZO FINAL CONTRATO	
		FÍSICO	FINAN.	FÍSICO	FINAN.	FÍSICO	FINAN.	FÍSICO	FINAN.	FÍSICO	FINAN.
1	INFORMAÇÕES GERAIS										
1.1	Localização										
1.2	Dados cadastrais	100%	5%	100%	0%	100%	0%	100%	0%	100%	0%
1.3	Marcos legais										
1.4	Delimitação do porto organizado (poligonal)										
1.5	Estrutura administrativa e de gestão										
2	ZONEAMENTO										
2.1	Áreas e instalações afetas às operações portuárias										
2.2	Áreas afetas às operações portuárias arrendadas										
2.3	Áreas afetas às operações portuárias disponíveis para arrendamento										
2.4	Áreas e instalações não afetas às operações portuárias	0%	0%	0%	0%	100%	10%	100%	0%	100%	0%
2.5	Áreas e instalações não afetas às operações portuárias em exploração indireta										
2.6	Áreas e instalações não afetas às operações portuárias disponíveis para exploração indireta										
2.7	Terminais de Uso Privado dentro da poligonal do porto										
2.8	Áreas e Instalações Alfandegadas										
2.9	Áreas de interesse portuário fora do porto organizado										
3	INSTALAÇÕES ACESSÓRIAS DO PORTO										
3.1	Energia elétrica	100%	5%	100%	0%	100%	0%	100%	0%	100%	0%
3.2	Abastecimento de água										
4	RELAÇÃO SINTÉTICA DOS PROCESSOS E SISTEMAS DE APOIO OPERACIONAL RELATIVOS AO TRÁFEGO	100%	5%	100%	0%	100%	0%	100%	0%	100%	0%
5	LICENCIAMENTO AMBIENTAL	100%	5%	100%	0%	100%	0%	100%	0%	100%	0%
6	ISPS CODE	100%	5%	100%	0%	100%	0%	100%	0%	100%	0%
7	VIAS DE CIRCULAÇÃO DO PORTO										
7.1	Vias de circulação rodoviária	0%	0%	100%	5%	100%	0%	100%	0%	100%	0%
7.2	Vias de circulação ferroviária										
8	ACESSOS TERRESTRES										
8.1	Rodovias	0%	0%	100%	5%	100%	0%	100%	0%	100%	0%
8.2	Ferrovias										
9	ACESSOS AQUAVIÁRIOS										
9.1	Canal de acesso	0%	0%	100%	5%	100%	0%	100%	0%	100%	0%
9.2	Bacia de evolução										
9.3	Área de fundeio										
9.4	Hidrovias										
10	INTERFERÊNCIA DO PLANO DIRETOR URBANO DO MUNICÍPIO NAS ÁREAS DO PORTO ORGANIZADO	0%	0%	0%	0%	100%	10%	100%	0%	100%	0%
11	PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS										
11.1	Melhorias operacionais										
11.2	Investimentos portuários										
11.3	Acessos ao Porto	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%	10%	100%	10%
11.4	Gestão Portuária										
11.5	Meio Ambiente										
11.6	Porto Cidade										
12	BASE DE DADOS GEORREFERENCIADA DO PDZ	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%	10%	100%	0%
13	APROVAÇÃO DO PDZ PELA SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%	20%

9.2 Da antecipação dos serviços:

A antecipação da execução dos serviços e das entregas previstas no cronograma físico-financeiro é permitida, desde que obedecida a ordem prevista no cronograma e que sejam mantidas a qualidade dos serviços em conformidade com as exigências contratuais. O prazo máximo para a execução do objeto é de 180 dias e, caso seja necessária a ampliação do prazo para qualquer etapa, a justificativa deverá ser formalmente apresentada, estando sua aprovação sujeita à análise da Contratante.

Jedson de Moraes
Gerente Comercial e de
Arrendamentos
(assinado digitalmente)

Elivélton Doré
Diretor de Operações e Negócios
SCPar Porto de Imbituba S.A.
(Assinado digitalmente)